



Declaração de Sevilha

No ano do vigésimo aniversário da Declaração que fundou a Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias (CALRE), assinada em Oviedo, no dia 7 de outubro de 1997, as Assembleias e Parlamentos Regionais com poderes legislativos que a compõem reiteram o seu compromisso com a missão da CALRE e com o espírito que, há duas décadas, criou este lugar de encontro, que posiciona a Conferência como principal ator e parceiro no palco europeu, reclamando o protagonismo destas instituições dentro da estrutura institucional europeia.

Nesta efeméride, que coincide com o sexagésimo aniversário dos Tratados de Roma, a CALRE pretende realçar o trabalho efetuado, durante estas duas décadas, pelas Assembleias e Parlamentos que se esforçam por trabalhar e cooperar conjuntamente, respeitando as suas diferentes competências legislativas, assim como as suas particularidades culturais, linguísticas e territoriais, e participando num fórum de encontro de diversas sensibilidades políticas, opiniões e ideias que favorecem o diálogo e debate plural em relação à União Europeia.

Por tudo isto, e pela ocasião do seu vigésimo aniversário, a Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias,

Reivindica

- O papel fundamental das regiões europeias, e especificamente das Assembleias e Parlamentos com capacidade legislativa que representam diretamente os desejos dos cidadãos no processo de integração europeia. Neste sentido, a CALRE reitera a sua convicção, expressa também em declarações anteriores, de que todas as singularidades, experiências, propostas e iniciativas das diversas autoridades regionais e locais são um trunfo para o projeto comum europeu.
- Uma governação multinível e *bottom-up* (ascendente), através da qual as autoridades regionais e locais participem na elaboração de políticas públicas europeias que afetarão diretamente os seus territórios e os cidadãos que representam, sendo conscientes do facto que as decisões tomadas a nível europeu têm cada vez maior impacto sobre a vida dos cidadãos. Por isso, e sempre em pleno respeito pelas



diferentes competências legislativas, a CALRE considera necessário continuar com o desenvolvimento dos meios de comunicação diretos entre as Assembleias e Parlamentos regionais e as instituições europeias, para assim participar e contribuir, a partir do momento *ex ante*, no processo legislativo das políticas europeias.

- O “verdadeiro” protagonismo das Assembleias e Parlamentos Regionais no âmbito da estrutura institucional europeia. A CALRE está de acordo com a Resolução do Comité Europeu das Regiões relativa ao Livro Branco sobre o futuro da Europa, que afirma que *“o papel supostamente essencial das administrações territoriais descentralizadas, previsto no Tratado de Lisboa, não se concretizou por completo numa ótica real de subsidiariedade e de participação no processo legislativo europeu. Estas entidades continuam, assim, a ser, na maioria das vezes, destinatárias das políticas europeias, em vez de serem verdadeiras protagonistas da sua elaboração, sobretudo no processo legislativo”*.

Neste sentido, expressamos o nosso compromisso para conseguir que os nossos Parlamentos e Assembleias conheçam, debatam e definam estratégias relativas aos grandes problemas que afetam a União Europeia.

Assim sendo, os membros da CALRE solicitam às instituições europeias que estudem a criação de um processo de “cartão verde” para permitir a apresentação de propostas legislativas apoiadas por um número suficiente de Parlamentos nacionais e regionais.

- Num contexto de liberalização do comércio internacional e de restauração de uma nova ordem política e económica mundial que questiona o papel dos Estados nacionais europeus, as Assembleias Parlamentares Regionais devem cumprir a importante tarefa de sintetizar as reivindicações de autonomia, por um lado, com o processo de formação de uma União Europeia forte, por outro. Só no âmbito destas é possível reunir com sucesso as cada vez mais visíveis tensões entre globalização e autonomia, dois elementos à primeira vista opostos, mas potencialmente complementares.
- Os princípios essenciais da missão da CALRE estabelecidos na Declaração de Varese: *“o valor do indivíduo e da comunidade, a subsidiariedade, a proporcionalidade, a liberdade e a democracia representativa; sem esquecer os princípios de igualdade e solidariedade presentes no espírito do projeto comum Europeu”*.
- O trabalho desenvolvido pela Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias, nos últimos vinte anos, enquanto plataforma de cooperação e palco para debater e partilhar boas práticas. A CALRE deseja sublinhar especialmente o trabalho realizado pelos grupos de trabalho, ao longo destas duas décadas, durante as quais, para além do princípio de subsidiariedade e das políticas de coesão, intimamente ligadas à missão da CALRE, tratou ainda outros assuntos, como a democracia interativa, as políticas de avaliação, o fenómeno migratório, o despovoamento e envelhecimento, as catástrofes naturais ou a igualdade de géneros, como exemplos relevantes. O trabalho realizado por estes grupos foi uma significativa contribuição para a melhoria da consciência europeia dos representantes da cidadania em cada uma das Assembleias e Parlamentos, bem como da própria cidadania. Durante estes



vinte anos, foram, igualmente, estabelecidas ligações de cooperação com as restantes instituições europeias, especialmente com o Comité das Regiões, parceiro natural da CALRE, mas também com outras associações e órgãos regionais europeus e internacionais.

Mesmo assim, e tendo expressamente reconhecido o trabalho realizado, nos vários fóruns e encontros organizados, ao longo deste ano, foi manifestada a necessidade de dar um passo além do trabalho realizado até à data e de criar um espaço de reflexão que estabeleça as bases dos objetivos e estratégias de ação da CALRE para os próximos 20 anos. Consideramos ainda necessário avançar em duas matérias: i) a criação de um enquadramento comum de referência para facilitar e reforçar as contribuições dos grupos de trabalho, pelo que propomos que o mesmo seja conformado por uma estratégia para o desenvolvimento sustentável das regiões europeias e ii) adaptar os atuais grupos de trabalho, quer ao enquadramento comum, quer aos novos objetivos. Enquanto Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias, estamos convencidos que, se já 2017 foi um ano crucial para o projeto europeu, os próximos anos, até à conclusão da Estratégia Europeia 2020, assim como a definição do cenário europeu para 2025, anunciada no Livro Branco sobre o Futuro da Europa, fornecerão a base da Europa do século XXI, e por isso mesmo o futuro das novas gerações, bem como o papel da União Europeia no âmbito global.

Considerando este momento decisivo para o projeto europeu e as circunstâncias particulares e comuns que afetam cada uma das nossas regiões, lançando um apelo ao espírito fundacional da CALRE e aos valores manifestados anteriormente, a Conferência de Assembleias Legislativas Regionais Europeias

Manifesta

- O apoio à Declaração de Roma, assinada por ocasião do sexagésimo aniversário dos Tratados de Roma pelos Chefes de Estado e de Governos dos 27 países. A CALRE celebra especialmente a afirmação deste texto pela qual *“Trabalharemos juntos ao nível apropriado para fazer a diferença, quer seja a nível da União Europeia, quer a nível nacional, regional ou local, e num espírito de confiança e cooperação leais, tanto entre os Estados-Membros como entre estes e as instituições da UE, segundo o princípio da subsidiariedade”*. A Conferência adota, igualmente, como próprios os compromissos de trabalho incluídos nesta Declaração: criação de uma Europa segura e protegida; uma Europa próspera e sustentável; uma Europa social; e também uma Europa mais fortalecida no âmbito mundial.
- A necessidade de trabalhar conjuntamente (instituições, representantes públicos e cidadania) para enfrentar os desafios que a União Europeia encontra neste momento enquanto projeto comum em diferentes níveis de governação e no palco global. A este



propósito, a CALRE recorda as palavras do presidente do Comité das Regiões, Karl-Heinz Lambertz, no seu discurso de tomada de posse: *“Nenhuma instituição pode por si própria responder às muitas crises que a União deve defrontar. Temos que trabalhar juntos”*.

- A convicção de que a integração europeia contará com maior apoio dos cidadãos se alcançar três pilares fundamentais: A união económica, a dimensão social e a união política, tendo sempre em consideração as características nacionais e regionais. A este respeito, a CALRE considera imprescindível aplicar a governação multinível, assim como o completo desenvolvimento dos Tratados Europeus, especificamente do princípio de subsidiariedade.
- A sua preocupação pelo persistente desinteresse dos cidadãos em relação às instituições europeias, em particular, e relativamente ao projeto europeu comum, em geral. Segundo o último Eurobarómetro, sensivelmente mais de metade da população europeia considera positivo que o seu país pertença à União, e uma cifra similar manifesta o seu apego à União, enquanto quase nove em cada dez pessoas sentem apego pela sua cidade ou Região, e nove em cada dez pessoas sentem apego pelo seu país. A CALRE considera fundamental o desenvolvimento de iniciativas que favoreçam a pedagogia europeia de acordo com o modelo “Refletir sobre a UE” do Comité das Regiões, para assim contribuir a para informar os cidadãos sobre o efeito positivo das políticas europeias e do projeto europeu comum na vida diária, contribuindo para reverter a suposição de que “tudo o que é mau vem de Bruxelas”.

Neste sentido, consideramos que incentivar a celebração do dia 18 de outubro como dia da Carta Social Europeia em toda a Europa poderá implicar um estímulo para a melhoria do interesse e compreensão dos cidadãos sobre uma das nossas marcas de identidade: o Modelo Social Europeu.

A CALRE considera que esse entendimento, juntamente com outros fatores, como a crise económica e financeira da última década, deram origem ao aumento das tendências antieuropeias e eurocéticas, nos últimos anos, e apela à pedagogia europeia, a todos os níveis de governação, a contrariar esta situação para que, segundo indicou o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, no Debate sobre o Estado da União, “recuperemos a União como nossa União”. Com esta finalidade, a Conferência considera fundamental promover uma cidadania europeia ativa, que interiorize o projeto europeu e participe diretamente no debate sobre o presente e o futuro do modelo europeu. Assim, a CALRE recebe com satisfação a adoção da Proposta de Regulamento sobre a iniciativa Cidadã Europeia do Parlamento Europeu e do Conselho da Comissão Europeia, tendo por objetivo facilitar o acesso a este importante instrumento para a cidadania. Contudo, exige ainda uma redução substancial do número de manifestações de apoio exigido, fixado neste momento em um milhão.

- A necessidade, conforme o exposto anteriormente, de reivindicar os Tratados, os princípios gerais de Direito da União e a Carta dos Direitos Fundamentais da União no contexto dos desafios que enfrenta. Neste sentido, a CALRE celebra e apoia o processo



relativo ao Livro Branco sobre o Futuro da Europa, iniciado pelo presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, assim como a sua declaração no debate sobre a Estado da União, no passado dia 13 de setembro de 2017, relembrando que “Para mim, a Europa é mais do que um mero mercado único. É mais do que dinheiro, mais do que o euro. Foi sempre uma questão de valores”.

Perante os desafios que encontra a Europa, tendo em conta as vicissitudes do cenário mundial, a CALRE concorda que os princípios para a consolidação da União são a liberdade, a igualdade e o domínio da lei, de modo a que se construa uma União mais forte, mais unida e mais democrática, partindo de um conjunto de valores surgidos a partir de uma consciência cosmopolita e ciente da sua missão civilizadora no âmbito mundial, que irá contribuir para um mercado único mais forte, para uma união económica e monetária mais fortes, uma UE mais forte na luta contra o terrorismo e uma UE mais forte como interveniente no palco global.

A CALRE observa novamente a persistência dos mesmos desafios na agenda política, económica e social da Europa, com especial efeito sobre as regiões e a cidadania. Perante este facto, a Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias

Considera

- Que é necessário responder de forma conjunta, implicando todos os níveis institucionais, aos desafios de decisão e estratégicos que definirão o futuro do projeto comum europeu, e que também é necessário conformar essas respostas às exigências da cidadania europeia. Entretanto, o nível europeu pode atuar somente no âmbito das suas competências. A CALRE estabelece, assim, como desafios estratégicos: a promoção do emprego; o crescimento económico baseado no incentivo às indústrias inovadoras e sustentáveis que aproveitam a riqueza dos recursos regionais endógenos para promover o crescimento sustentável e abrangente de todos os territórios, incluindo espaços rurais; o incentivo ao investimento público estratégico; a luta contra o despovoamento e o envelhecimento, a pobreza e a exclusão; a igualdade de oportunidades; a igualdade de género, a educação, a investigação, o desenvolvimento e a inovação; a luta contra as alterações climáticas, assim como a coordenação de ações como resposta a catástrofes naturais; as políticas de segurança e a luta contra o terrorismo, assim como uma resposta global à crise humanitária dos refugiados e aos movimentos migratórios.

Comprometemo-nos ainda a trabalhar para que a superação de todos estes desafios contribua para o progresso de cada região europeia, segundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como para que os nossos Parlamentos e Assembleias cooperem estreitamente na criação duma estratégia comum.

Para a CALRE, todas as intervenções políticas destinadas a resolver estes desafios devem respeitar como princípio dominante os Tratados Europeus, a Carta dos Direitos



Fundamentais da União Europeia, a Carta Social Europeia e os princípios de igualdade e solidariedade inerentes ao espírito do projeto comum europeu.

Além disto, para reforçar o papel das regiões neste cenário, é necessário manter uma política de coesão forte e eficaz pós 2020, garantindo o seu pleno financiamento para todas as regiões da UE.

- Que é necessário que a recuperação da economia europeia indicada pelas instituições tenha impacto direto na vida diária dos cidadãos. Apesar dos relatórios macroeconómicos, o desemprego e o risco de pobreza e exclusão social continuam a ser um problema na maioria das regiões europeias. A iniciativa “Refletir sobre a Europa”, realizada, ao longo deste ano, pelo Comité das Regiões Europeu, mostra que o desemprego é o principal problema ou preocupação para 30 por cento dos cidadãos europeus. A CALRE considera necessário, junto com o desenvolvimento de estratégias de criação de emprego, assim como a dinamização dos setores económicos para favorecer o crescimento inovador e sustentável, reforçar e garantir as políticas sociais inerentes ao projeto europeu, tomando em consideração as competências limitadas da União Europeia relativamente às medidas de política social. Neste sentido, a CALRE reconhece com satisfação a adoção dos princípios fundamentais do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, bem como a adoção pela Comissão de Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu do relatório legislativo da revisão da diretiva sobre o destacamento de trabalhadores no âmbito da União Europeia. Ambos os eventos constituem passos importantes para conseguir uma verdadeira igualdade de tratamento, baseada em regras comuns para todos os trabalhadores europeus. Contudo, a CALRE destaca a importância de vincular o progresso da Europa social a um mecanismo eficaz para a inspeção social no âmbito europeu;
- Que o processo de saída do Reino Unido da União Europeia deve ser aproveitado para criar um espaço de reflexão sobre o projeto comum europeu. A partir do dia 30 de março de 2019, a União Europeia será uma União de 27 países, demonstrando que as ameaças de separação e desintegração, hipotéticas até há pouco tempo, são agora uma realidade. Durante o ano de 2017, os movimentos antieuropeus ganharam importância e marcaram presença nas eleições de vários países europeus. A CALRE considera, como já indicou anteriormente, que a resposta a esta tendência deve ser “Mais Europa” no que se refere às políticas sociais, bem como aquelas matérias onde a cooperação transacional implica uma “mais-valia europeia”, e “Menos Europa” em assuntos sujeitos a serem resolvidos adequadamente a nível nacional ou regional, segundo o princípio de subsidiariedade. Esta estratégia incentivará, inevitavelmente, a recuperação do apoio da cidadania europeia ao projeto europeu.

Além disso, a CALRE considera, relativamente às negociações do Brexit, que as consequências financeiras da saída do Reino Unido devem ser resolvidas através da melhoria da eficiência. Reafirma, ainda, a Resolução sobre o Brexit, tomada na Assembleia Plenária de 2016.

- Que houve deficiências na organização da resposta da União e dos seus Estados-Membros à crise humanitária dos refugiados, a pior crise em território europeu



desde a Segunda Guerra Mundial, e que é urgente chegar a um acordo para reformar o Regulamento de Dublin. A CALRE apela aos Estados-Membros para que, norteados pelo princípio de solidariedade, encontrem uma solução para a crise dos refugiados, bem como para a imigração não autorizada.

Além disso, a CALRE considera que a gestão das políticas migratórias (que incluem refugiados e migrantes), continua a ser um grande tema pendente a nível europeu, especialmente em relação ao tráfico de pessoas, e sobretudo o tráfico de mulheres, assim como menores não acompanhados (MENAS), e solicita, portanto, uma resposta civilizada das instituições europeias, de acordo com a sua importância no palco mundial e baseada nas regras que nós próprios estabelecemos, assim como no respeito pelos direitos universais. A CALRE reconhece o trabalho desenvolvido nesta área pelas suas regiões, em particular pelos primeiros países recetores de imigração irregular, e reafirma a sua-intenção de aumentar os recursos económicos e humanos nestas regiões, bem como noutros países da União, para assim contar não só com um controlo efetivo das fronteiras, mas também com os recursos necessários para uma assistência social completa.

Reafirma ainda a disponibilidade das regiões participarem ativamente na superação desta situação, e compromete-se a incentivar um conjunto de iniciativas comuns por parte dos Parlamentos e Assembleias que assim o decidam.

- A resposta aos ataques terroristas sofridos em território europeu deve ser efetiva e de respeito a uma política de segurança coletiva e coordenada que aplique a Agenda de Segurança da União Europeia, bem como a Carta de Direitos Fundamentais da União. Neste sentido, as Assembleias e Parlamentos Regionais consideram que, enquanto instituições, é seu dever contribuir para o respeito e incentivo dos direitos humanos em condições de liberdade de pensamento e de crença, assim como para os valores fundamentais da democracia.
- Que a União Europeia deve posicionar-se como força dirigente na luta contra a mudança climática através do conteúdo aprovado no Acordo de Paris. A proteção do meio ambiente e as políticas de desenvolvimento sustentável deverão estar ligadas a um plano de intervenção concreto para a conservação do meio natural sustentável, bem como para a prevenção e atuação perante catástrofes naturais que arrasaram o território europeu, especialmente sismos, inundações, avalanches, incêndios e secas. A UE deve, relativamente às catástrofes naturais, e respeitando sempre a atribuição de competências, atuar também no plano regulatório sobre a prevenção dos riscos (por exemplo, mediante uma diretiva sobre o confinamento do uso do solo), introduzindo um método coerente de avaliação de riscos. Consoante ~~com~~ as recentes observações do Comité das Regiões relativamente às medidas para adaptação a sismos, considera ainda que a União Europeia deve destinar os Fundos Estruturais e de Investimento à criação de condições de resiliência efetiva às catástrofes naturais (cf. Artigo 5, ponto 5, alínea b) do Regulamento U.E. 1301/2013).
- Que as instituições europeias devem garantir a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. A CALRE defende que as suas Assembleias e Parlamentos



devem ser um exemplo de igualdade de género, não só relativamente à representatividade e no âmbito da legislação, mas também por meio do comportamento exemplar dos seus representantes.

- Que a União Europeia deve promover a harmonização das normas sanitárias para assim garantir o acesso à saúde pública para todos os cidadãos da União Europeia, em especial nas regiões desfavorecidas dos Estados-Membros.
- Que a União Europeia deve promover projetos de cidades “inteligentes” que não permitam o surgimento de zonas periféricas de mal-estar económico e social no âmbito de grandes e médios centros urbanos a fim de impulsar um crescimento virtuoso das cidades.
- Que é necessário reforçar o papel da União Europeia na governação mundial através de uma Estratégia para a Política Exterior que transmita à agenda internacional os valores e princípios fundamentais do projeto europeu para ajudar a construir a paz em zonas de conflito.

Perante o cenário e as reflexões levantadas anteriormente, a CALRE pretende reafirmar-se como ponto de união necessário, juntamente com os governos regionais, entre os cidadãos e a União Europeia. Por isto, a Conferência das Assembleias Legislativas Regionais Europeias

Compromete-se a

Preservar o espírito de espaço de encontro para partilhar boas práticas e colaborar com o debate e a reflexão sobre as necessidades do projeto comum europeu partindo das experiências de cada Estado-Membro, bem como com a elaboração de documentos conjuntos que incluam iniciativas parlamentares que contribuam tanto para a compreensão das decisões tomadas pelas instituições europeias, como para a promoção de iniciativas conjuntas baseadas nas boas práticas, que possam contribuir para a solução dos grandes desafios europeus. Relativamente a este ponto, a CALRE lança um apelo ao espírito da sua declaração fundadora e à convicção de que *“as relações de cooperação entre as instituições parlamentares favorecem o entendimento dos povos, bem como a consolidação e o fortalecimento da democracia, através do acervo enriquecedor da troca de experiências”*.

- Colaborar ativamente na superação das dificuldades enfrentadas pela União Europeia e para reativar o projeto de integração para alcançar uma maior e melhor integração dos Estados-Membros.
- A Conferência compromete-se a identificar um espaço para envolver diretamente os representantes da área escolar e universitária, das secções jovens dos partidos e associações, com o fim de participar no debate relativo a assuntos europeus.



- Continuar a desenvolver meios de comunicação direta com o resto das instituições parlamentares, especialmente com os Parlamentos nacionais dos Estados-Membros da CALRE, assim como com as instituições europeias (Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Comité das Regiões Europeu e Conselho Europeu). A CALRE manifesta o seu particular interesse em criar meios de interação direta com as instituições europeias para a monitorização da subsidiariedade, bem como para facilitar o conhecimento de boas práticas segundo o Método Aberto de Coordenação (MAC) e avaliar o impacto das políticas comunitárias nas regiões europeias.
- No âmbito do acordo entre a CALRE e o CdR, em 2015, a Conferência compromete-se a reforçar a colaboração entre ambas as instituições, desenvolvendo um canal preferencial para a comunicação e informação entre os grupos de trabalho da CALRE e os comités do CdR, também por meio de uma maior participação dos representantes das assembleias legislativas regionais membros do CdR.
- Consolidar a cooperação com outras Associações Regionais Europeias e promover um fórum anual para os seus representantes, com a finalidade de promover uma resposta comum aos objetivos comuns e estabelecimento de iniciativas a desenvolver.
- Que as Assembleias e Parlamentos regionais, como instituições próximas dos cidadãos, sejam um exemplo de boa governação, medida necessária para recuperar a confiança daqueles nas instituições. A este respeito, as Assembleias e Parlamentos da CALRE comprometem-se a cumprir os princípios de transparência pública, comprometem-se, igualmente, a colaborar ativamente no desenvolvimento de uma cultura democrática, a realizar um trabalho contínuo de informação e sensibilização, bem como a incentivar o desenvolvimento dos instrumentos da chamada democracia interativa ou e-democracia para propiciar a participação cidadã nos processos legislativos das suas regiões, e assim progredir no desenvolvimento da democracia deliberativa. Igualmente, a CALRE expressa a sua convicção de que a avaliação das políticas públicas *ex ante* e *ex post* supõe uma garantia para a boa governação, e permite ao poder legislativo prestar contas das suas atividades perante os cidadãos que representam.
- Juntar-se à #CohesionAlliance através da assinatura da declaração anexa proposta pelo Comité das Regiões e pelas Associações do Regionalismo Europeu, enquanto coligação de autoridades regionais e locais que confiam na Política de Coesão como princípio fundamental para o futuro crescimento e desenvolvimento de uma Europa das Regiões e dos Territórios.
- Favorecer os espaços e fóruns de debate da cidadania sobre assuntos europeus para contribuir para a pedagogia europeia, tomando como referência iniciativas tais como *Refletir sobre a UE*, do Comité das Regiões, e desenvolvendo projetos próprios, quer individual quer coletivamente, para promover a identidade europeia e a adoção do projeto europeu pela cidadania com especial atenção ao envolvimento dos jovens.

Neste sentido, a CALRE promoverá o desenvolvimento de iniciativas que contribuam para tornar os Parlamentos e Assembleias legislativas em escolas de cidadania, permitindo compreender os processos que contribuem para transformar as



preocupações dos cidadãos em iniciativas parlamentares e em medidas governamentais.